



A ARTE DE ADAPTAR LIVROS NO SÉCULO XIX: O NOVO SECRETÁRIO PORTUGUÊS OU O CÓDIGO EPISTOLAR, POR J. I. ROQUETTE¹

Socorro de Fátima P. Barbosa*

Universidade Federal da Paraíba – UFPB

socorrofpb@yahoo.com.br

RESUMO: De José Ignacio Roquette, conhece-se bem **Código do Bom-tom**. O seu manual de escrita epistolar, publicado primeiramente com o título de **Código epistolar, ou regras e advertências para escrever com elegância toda a sorte de cartas, acompanhadas de modelos sobre todos os assumptos**, no ano de 1846, em Paris, é uma ampliação do capítulo Das Cartas, do **Código do Bom-tom**. A única diferença é o acréscimo de um número considerável de exemplos dos mais variados tipos de cartas. O **Código epistolar** foi oferecido às mocidades Portuguesa e Brasileira, e faz parte do conjunto de obras chamadas literatura de civilidade norteadas que são por termos como cortesia, urbanidade, polidez e civilidade, termos que à época deveriam incluir também os súditos que viviam no Brasil Imperial. Neste trabalho, discutiremos os mecanismos utilizados pelo autor para transformar seu livro de civilidades em um manual de escrever cartas, mais popular e com um público maior, fora do universo escolar.

PALAVRAS-CHAVE: Escrita epistolar – Manual epistolar – História da leitura.

ABSTRACT: Epistolary writing – Epistolary manual – History of reading.

KEYWORDS: In Brazil, José Ignacio Roquette is well known by the book **Código do Bom-tom**. Your epistolary manual was first published under the title **Código epistolar** (or rules and warnings to write with elegance all sorts of letters, accompanied by models on all matters) in 1846, in Paris, is an extension of the Letter section from **Código do Bom-tom**. The only difference is the addition of a considerable number of examples of various types of letters. The **Código** was provided in letters to the Portuguese and Brazilian youths, and it is part of series of works called literature of civility, that were guided by terms such as courtesy, civility and politeness terms which at the time should also include people who lived in Brazil Imperial. In this paper, we discuss the mechanisms used by the author to his manual of civilities in a epistolary manual, more popular with a wider audience outside the school environment.

A arte de adaptar livros ao gosto do público e de acordo com os interesses editoriais era de todo conhecida dos leitores brasileiros e portugueses do século XIX.

¹ Trabalho apresentado no **II Colóquio Internacional de História: Fontes históricas, Ensino e História da Educação**, realizado pela UFCG.

* Professora de Literatura brasileira da UFPB desde 1987. Doutorado em Literatura Brasileira pela USP, em 1999. Pós-doutorado na PUC/RS. Autora de **Jornal e literatura: a imprensa brasileira no século XIX**.

Um destes livros eram os manuais de civilidade que foram sendo produzidos primeiramente em Portugal e depois no Brasil. Desconhecendo a ideia de originalidade, estes manuais se pautavam pela cópia, compilação, extração e adaptação de autores e títulos consagrados, que são atualizados tanto pelas formas editoriais como pela comunidade de leitores que deles se apropriam. Dizendo de outro modo, primeiramente, “não há texto fora do suporte que o dá ler”; segundo, “não existe a compreensão de um texto qualquer que ele seja, que não dependa das formas através das quais ele atinge o leitor².

Este trabalho tenta analisar as mudanças e os ajustes editoriais que transformaram o capítulo Das Cartas do **Código do Bom-tom** de José Inácio Roquette³, em um manual epistolar. Este livro e seu autor e os manuais de civilidade se tornaram conhecidos no Brasil contemporâneo desde que Lilia Schwartz⁴ o tirou do limbo publicando-o um livrinho pela coleção Retratos do Brasil. Publicado em 1845, inicialmente como **Código do Bom-tom ou regras da civilidade e de bem viver no século XIX**, este parece ter sido o último do livro do gênero escrito por um letrado, envolvido com a publicação de títulos destinados à mocidade e à educação. Como parte do conjunto de obras da chamada literatura de civilidade, este livro era norteado por termos como cortesia, urbanidade, polidez e civilidade, incorporados também pelos súditos que viviam aqui no Brasil⁵.

² CHARTIER, Roger. **A ordem dos livros**. Leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII. Brasília: UNB, 1999, p. 17.

³ **P. José Ignacio Roquette**, natural da freguezia de Alcabideche, no concelho de Cascaes, onde foi baptisado em Julho de 1801. Seu pae Antonio dos Sanctos Roquette, lavrador e proprietario, era capitão de Ordenanças, e serviu por vezes o cargo de vereador na Camara Municipal do referido concelho.- Depois de habilitado com os estudos de grammatica latina, rhetorica e philosophia, juntando a estes conhecimentos os da arte da musica, que lhe devêra notavel predilecção nos seus primeiros annos, e tendo já recebido ordens menores com o designio de ser clérigo secular, mudou de intento, preferindo seguir a vida claustral. N'ella entrou, não sem repugnancia de seus paes, professando em 1821 a regra de S. Francisco no convento de Sancto Antonio do Estoril, da provincia dos Algarves, situado proximo da villa de Cascaes, tomando então o nome de Fr. José de Nossa Senhora do Cabo Roquette. Nos conventos de Campo-maior e Portalegre continuou e concluiu em 1825 o curso triennial de philosophia e depois no de Xabregas, cabeça da provincia, o de theologia dogmatica e moral, em que por duas vezes defendeu conclusões magnas, sendo d'ahi a pouco eleito em recompensa de sua applicação Lente substituto da cadeira d'Esctrptura Sagrada no mesmo Convento, e em 1831 Lente effectivo, mediante concurso e opposição publica; cujas funcções desempenhou até 1833 cumulativamente com as de Secretario da provincia.- Aos 29 annos d'idade foi tambem nomeado Prégador regio da Sancta Egreja Patriarchal, por carta do cardeal patriarcha D. Patricio I de 30 de Março de 1830. Cf. **Dicionário bio-bibliográfico português**. (p. 373, V. IV).

⁴ SCHWARTZ, Lilian Moritz. (Org.). **O código do Bom-tom**. São Paulo: Cia. das Letras, 1997.

⁵ Cf. Ibid.

Roquette concebeu o livro como um diálogo entre um pai e seus filhos, que voltavam da França depois de anos sendo educados por lá. Instruir através do diálogo foi uma prática comum de escrever livros nos séculos XVIII e XIX, mesmo porque a conversação era um dos tópicos da civilidade⁶. Estes diálogos simulavam as várias situações em que os cortesãos deveriam rever suas palavras, gestos, vestimentas, entre outros. O livro indicava que, na época, todos os comportamentos dos cortesãos passavam a ser regulados pela lei da civilidade. A vasta gama de assuntos abordados pode ser inferida pelos títulos dos capítulos, que incluem também entre os itens, aqueles relativos à higiene, ao comportamento na Igreja, no Paço; sobre os Tratamentos, os Cumprimentos; os Banhos; os Jantares e banquetes; além da Estada no campo. Entre estes capítulos encontra-se um especificamente destinado à escrita epistolar, que desde o século XVI, passou a ser também matéria regida pela civilidade.

Segundo o **Dicionário bibliográfico português**⁷, de Inocêncio Francisco da Silva, em 1846⁸, portanto, um ano após a publicação de o **Código do Bom-tom**, o autor publicou o **Código epistolar, ou regras e advertências para escrever com elegância toda a sorte de cartas, acompanhadas de modelos sobre todos os assumptos. O Código epistolar** foi oferecido às mocidades Portuguesa e Brasileira, sem qualquer menção ao livro anteriormente publicado, nem ao fato de que este é uma ampliação do capítulo “Das Cartas”, do **Código do Bom-tom**.

Roquette, que foi pródigo em publicação de livros, principalmente, os de caráter escolar⁹, transformou um dos capítulos do seu código, para outro tipo de livro que fazia muito sucesso naquela época: os manuais epistolares. Este desdobramento

⁶ Cf. SENA, Fabiana. A conversação como modo de distinção no império: Tesouro de meninos e Código de Bom-tom nas escolas brasileiras. **Revista HISTEDBR**, Campinas, n. 37, p. 253-265, mar. 2010. Disponível em: < http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/37/art17_37.pdf>.

⁷ SILVA, Inocencio Rodrigues. **Dicionário bibliográfico português**. Estudos aplicáveis a Portugal e ao Brasil. Lisboa: Imprensa Nacional, 1858-1923. Edição em cd-rom, fac-similada da *princeps*.

⁸ Um exemplar desta edição encontra-se na Biblioteca Nacional de Lisboa.

⁹ Suas publicações são principalmente destinadas à educação da mocidade, ou de caráter educativo, como informam alguns destes títulos:

Correção da Cacographia portuguesa, segundo a Grammatica publicada pela Junta da Directoria dos Estudos em Coimbra etc. París, 1838; **Thesouro da mocidade portugueza, ou a moral em acção: escolha de factos memoraveis, e anedotas interessantes, etc.** Obra extrahida dos melhores auctores nacionaes e estrangeiros. París, 1839; **Lições de Geographia**, pelo abbade Gaultier, traduzidas em portuguez por uma sociedade de litteratos portuguezes. Nova edição, inteiramente refundida, e consideravelmente augmentada, feita sobre a ultima de París de 1850; **Ornamentos da memoria, e exercicios selectos para formar o bom gosto e verdadeiro estylo da língua portugueza**, extrahidos dos melhores classicos em prosa e verso, etc. París, 1849.

promovido pelo padre e seus editores demonstra as marcas editoriais e os artifícios empregados por ambos para dar uma destinação diferente a um mesmo gênero: no caso a carta. Dizendo com Chartier¹⁰, observa-se nesta transformação, que passaremos a analisar, “uma nova legibilidade”, definida a partir da relação entre autor, texto e leitor.

Considerando a triangulação proposta por Chartier¹¹ – autor, leitor e texto –, as variações da leitura daí resultantes “apontam para algumas figuras elementares da relação entre espaço legível” e “efetuação”. Neste caso, específico, tem-se o que ele chama de segunda figura, que ocorre quando a passagem de uma forma de edição para outra “direciona, ao mesmo tempo, transformações no texto e a constituição de um novo público”.¹²

Do **Código do Bom-tom**, no capítulo Das cartas, Roquette extrai o seu conceito, E sem fazer qualquer modificação o transpõe literalmente para o **Código epistolar**:

Depois das visitas e da conversação, o laço social mais extenso e variado é a comunicação epistolar. Admirável invento que aproxima os ausentes, encurta as distâncias, mitiga as saudades, adoça o dissabor da separação, estreita os vínculos da amizade, nutre n’alma o fogo da esperança, e ainda depois da morte conserva um monumento perdurável de afeição e ternura com que dois corações se amaram.¹³

Diferentemente dos manuais epistolares, entre eles o de Francisco José Freire, o Cândido Lusitano, “O Secretario Português, compendiosamente instruído no modo de escrever cartas; por meio de uma instrução preliminar, regra de secretaria, formulário de tratamentos, e um grande numero de cartas em todas as espécies que tem mais uso”¹⁴, que será duramente criticado pelo autor, conforme veremos, a lista de tipos de carta no **Código do Bom-tom** envolverá justamente aqueles temas destinados à sociabilidade, ao estabelecimento das relações do bem viver, como sugere o título do livro.

As cartas sobre que pretendo dar-vos algumas regras, meus filhos, são as particulares que se escrevem entre amigos, ou pessoas de conhecimento, sem tensão que se publiquem, ou sejam [sic] de simples amizade e respeitosa cortesia, ou sobre negócios

¹⁰ CHARTIER, Roger. **A ordem dos livros**. Leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII. Brasília: UNB, 1999, p. 18.

¹¹ Ibid.

¹² Ibid., p. 19.

¹³ ROQUETTE, J. I. Novo secretário português ou código epistolar. 3. ed. Paris: Aillaud, 1860. SCHWARTZ, Lilian Moritz. (Org.). **O código do Bom-tom**. São Paulo: Cia. das Letras, 1997, p. 208.

¹⁴ O livro também aparece com o título.

particulares ou públicos, com o fim de comunicar com pessoas ausentes, e transmitir-lhes por escrito o que lhes diríamos de viva voz se estivessem presentes.¹⁵

Observa-se nesta definição a existência de outras práticas da escrita epistolar, entre as quais a publicação das cartas, como um hábito comum, principalmente em jornais e periódicos do século XIX¹⁶. Embora se trate do mesmo “texto”, a destinação diferente em **O Código do Bom-tom**, “os filhos” do autor, demonstra com bastante propriedade as premissas de Chartier¹⁷ segundo as quais as “formas se modelam graças às expectativas e competências atribuídas ao público por elas visado, mas, sobretudo, porque as obras e objetos produzem seu nicho social de recepção”. Os tipos de cartas para tais situações – a cortesia e a civilidade – demonstram a variedade e as inúmeras possibilidades que este gênero oferecia no século XIX e revelam que a escrita epistolar era uma prática que atendia a praticamente todas as ocasiões da vida dos cortesãos. Primeiramente, observa-se que algumas “regras particulares” servem a diferentes gêneros de cartas, entre os quais as “cartas morais” e de “conselhos”, as de conselho precisam ser solicitadas, do contrário serão intempestivas. Para aqueles que escrevem, “o amor, a caridade, a compaixão e a confiança hão de dirigir a pena daquele que aconselha”.¹⁸ O padrão de aconselhamento prevê que seu autor tenha humildade e prevê até mesmo os lapsos que poderão fugir ao controle daquele que escreve. Para evitar os imprevistos, as paixões, a intemperança, Roquette sugere o uso da prudência. As cartas podem ser de pêsames, de parabéns. Tem as cartas de pretensa, de representações e memoriais. Estas são as cartas que requerem um alto grau de artificialismo, pois implica falar sobre si próprio. Exigem o máximo de controle, por isso o autor ensina:

Pedir com humildade, interessa o amor próprio do personagem que há de despachar-nos, para que nos prefira a nossos competidores; empregar um estilo que se deixe ler com gosto, ser conciso, singelo e modesto, prodigalizando os termos respeitosos, e as razões mais capazes de convencer e manifestar confiança de alcançar o que se

¹⁵ ROQUETTE, J. I. *Novo secretário português ou código epistolar*. 3. ed. Paris: Aillaud, 1860. SCHWARTZ, Lilian Moritz. (Org.). **O código do Bom-tom**. São Paulo: Cia. das Letras, 1997, p. 208, p. 218.

¹⁶ Cf. BARBOSA, Socorro de Fátima P. **Espada das palavras: a escrita epistolar nos periódicos luso-brasileiros do século XIX**. 5º Colóquio. Disponível em: <<http://www.realgabinete.com.br/GEADOPAC/#!/SearchAdv>>

¹⁷ CHARTIER, Roger. **A ordem dos livros**. Leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII. Brasília: UNB, 1999, p. 21.

¹⁸ ROQUETTE, J. I. **Código do Bom-Tom ou regras da civilidade e de bem viver no XIXº século**. Paris, 1867, p. 221.

solicita, eis o que forma e a formoseia as cartas de pretensão ou memoriais, pois entre estas duas classes d'escritos não há distinção de argumento senão somente de fórmula.¹⁹

Neste momento em que as cartas voltaram à cena dos estudos historiográficos, conhecer estes ditames para as escritas mais íntimas e pessoais evita tomar de forma anacrônica estes escritos, como “infância do presente, sobre os quais se pode legislar tranquilamente, com base em transferências imediatas de categorias atuais”.²⁰ Isto implica não aplicar a estes objetos critérios como subjetividade, “intenção do autor”, entre outras categorias que herdamos de um modo romântico de conceber as práticas de escrita sempre espontâneas e fundadas no eu do seu autor.

É importante observar que o caráter prescritivo para os vários tipos de cartas incluía, além dos artifícios de escrita, prescrições de caráter mais geral. É o caso, por exemplo, das cartas eucarísticas ou de agradecimento, uma obrigação das regras sociais, mas que exige daquele que escreve a virtude de ser grato. Depois de chamar a atenção para a virtude que deve motivar este tipo de carta, Roquette, de forma coerente, sugere que neste caso, “o estilo deve ser o do coração”.²¹ Contudo, mesmo assim, este gênero de carta exige que “sua própria sensibilidade, a consideração da generosidade do benfeitor, e as circunstâncias que acompanham o benefício devem subministrar a matéria de tais cartas, que são mui suscetíveis de expressões vivas e brilhantes”.

Entre os outros tipos de cartas, encontram-se as cartas de recomendação ou de empenho. Nas prescrições sobre este tipo de carta, o autor, muito embora exija amizade daquele a quem se recomenda, observa ser impossível a “sinceridade” ou a “moral”, pois estas entram em choque com os modos de circulação da carta, que inclui seu portador ser o seu objeto:

[...] deve empregar -se algum parrafo²² em elogiar as prendas do recomendado, tanto para justificar o motivo da recomendação como para que esta produza seu efeito. Neste caso, a mais pequena lisonja deveria ter-se por crime; porém pro desgraça não acontece assim, e o

¹⁹ ROQUETTE, J. I. **Código do Bom-Tom ou regras da civilidade e de bem viver no XIXº século**. Paris, 1867, p. 223 – 224.

²⁰ PÉCORA, Alcir. Velhos textos, crítica viva. In: TIM, Emerson. (Org.) **A arte de escrever cartas**. Campinas: Unicamp, 2005.

²¹ ROQUETTE, J. I. **Novo secretário português ou código epistolar**. 3. ed. Paris: Aillaud, 1860. SCHWARTZ, Lilian Moritz. (Org.). **O código do Bom-tom**. São Paulo: Cia. das Letras, 1997, p. 224.

²² Parrafo, ou parráfo como é grafado atualmente, refere-se à palavra parágrafo.

mesmo que leva a carta (que o costume manda que entregue aberta), não conhece o seu retrato.²³

Tem também a carta às pessoas de quem nos afastamos. Este tipo não se limita a definição clássica e sabida da epístola desde Sêneca, a de tornar o presente os ausentes. Trata-se de um protocolo social que implica em agradecer mais uma vez uma visita, ou estadia. Agradece-se o “o bom acolhimento: manda-o assim a urbanidade, e assim o pede a justiça”. O autor também recomenda que haja “algumas impressões lisonjeiras e delicadas acerca do sentimento ocasionado pela separação”.²⁴

Esta tentativa de conciliar a moral, o estilo, os artifícios da escrita às cartas de queixa são, segundo o autor, uma “ocasião de manifestar o ressentimento às pessoas que no-lo ocasionam”. Contudo, em nome da prudência, só é recomendável “pegar-se na pena, porém nunca sem que tenha passado já a primeira força do nosso ressentimento para que não incorramos noutra maior”.²⁵ As cartas de escusa respondem às queixas ou acusações, mas como a carta não só representa quem escreve, mas também àquele a quem se dirige, ele sugere que as mágoas sejam atenuadas quando escritas e que não traduzam as ofensas de forma literal, principalmente, quando se trata de queixas ao protetor, ao grande, ao amigo, de quem possa vir a precisar: “assim que, devemos supor com doçura sua falta e atribuí-la a suas ocupações, meio único para que nos continuem sua proteção e amizade”.²⁶ Para Pilla²⁷, os manuais de comportamento, entre os quais se inclui o **Código do Bom-tom**, são os responsáveis pela elaboração desta “segunda natureza”, fundamental no processo civilizador, que “em meio a essa teia de ações tão complexa, leva o indivíduo a comportar-se ‘corretamente’ através de um controle consciente”. “[...] ditando modelos de desempenhos sociais considerados civis”.

Para as cartas de escusa, o remédio é um humor, para tal, deve-se usar um estilo singelo, “expressões naturais”, que convençam o destinatário da sinceridade de quem escreve. As cartas de negócios e encargos não necessitam de todo o artificialismo, deve-se ir direto ao ponto, sem qualquer rebuscamento, pois o próprio pedido já é

²³ ROQUETTE, J. I. Novo secretário português ou código epistolar. 3. ed. Paris: Aillaud, 1860. SCHWARTZ, Lilian Moritz. (Org.). **O código do Bom-tom**. São Paulo: Cia. das Letras, 1997, p. 225.

²⁴ Ibid., p. 226.

²⁵ Ibid., p. 227.

²⁶ Ibid.

²⁷ PILLA, Maria Cecília Barreto Amorim **MANUAIS DE civilidade, modelos de civilização**. Disponível: http://www.ufpel.tche.br/ich/ndh/downloads/historia_em_revista_09_maria_pilla.pdf.

responsável por sua elaboração e, neste caso, quando fala o interesse, “não é mister arte”.²⁸ Roquette ainda previne os filhos sobre os cuidados que se deve ter em relação aos conteúdos das cartas, razão pela qual não se deve utilizar este meio para contar segredos, por isso a carta, também aquela que revela segredos do amigo, deve ser destruída. As cartas de participação ou de notícia são de três espécies, pois as notícias são tristes, indiferentes ou alegres. Para as primeiras, o autor sugere pelo menos duas cartas: uma para prevenir e tirar as esperanças, outra para finalmente dar a notícia. As outras cartas não exigem muito esforço, nem grandes prevenções. É nas cartas de boas festas, de ano bom e dia de ano que se revela a concepção que o autor tem acerca das regras de civilidade. Elas extrapolam as ações de controle do corpo, da prudência, das regras alimentares. Exigem do indivíduo ações que extrapolam o controle dos impulsos e as ações intempestivas. Roquette é direto e já inicia sem maiores preâmbulos, a função social destes tipos de cartas e o que elas exigem dos missivistas:

O uso do cumprimento é uma espécie de comércio de mentiras de ofício, que regularmente a ninguém enganam pois há pouquíssimas pessoas que não as tomem pelo que valem; porém vivemos com os homens, e é mister adotar os costumes que são geralmente recebidos. Sem embargo, também há nisto seu excesso. A lisonja civil não prejudica a sociedade; antes lhe serve de laço se se maneja bem; mas não a reprimindo é fácil que degenera em vã adulação, a qual é muito prejudicial.²⁹

Neste sentido, pode-se observar no livro e nas lições de Roquette que neste caso, o processo civilizador se converte “numa máscara, numa simples aparência que podia ser construída artificialmente e por isso mesmo passível de ser desmascarada”. Neste, ao contrário da verdadeira civilidade, que incluía “os bons preceitos cristãos”, observa-se a “falsa civilidade símbolo da afetação enganosa”.³⁰

Publicado na primeira edição como **Código Epistolar** (1846), apenas a partir da segunda edição (1854), conforme prólogo publicado na terceira, é que se observa a relação mais direta com o “velho” secretário de Candido Lusitano. Assim, ao mesmo tempo em que adere a este gênero antigo, a dos secretários, o autor agrega ao seu livro o epíteto **Novo**, para

²⁸ ROQUETTE, J. I. Novo secretário português ou código epistolar. 3. ed. Paris: Aillaud, 1860. SCHWARTZ, Lilian Moritz. (Org.). **O código do Bom-tom**. São Paulo: Cia. das Letras, 1997, p. 228.

²⁹ Ibid., p. 230.

³⁰ PILLA, Maria Cecília Barreto Amorim. **MANUAIS DE civilidade, modelos de civilização**. Disponível: http://www.ufpel.tche.br/ich/ndh/downloads/historia_em_revista_09_maria_pilla.pdf p. 16

diferenciá-lo dos modelos pouco modernos. O exemplar que utilizamos corresponde à terceira edição de 1860. No Prólogo já referido, Roquette afirma as semelhanças e diferenças com o livro de Candido Lusitano: “pelo que demos novo título a um livro em que se fizeram tão importantes modificações, e chamamos-lhes: “Novo Secretário Português”, por já existir um antigo, e porque este título justamente lhe pertence”.³¹ Conforme comentamos anteriormente, trata-se de “o Secretário Português, compendiosamente instruído no modo de escrever cartas, por meio de uma instrução preliminar, regra de secretaria, formulário de tratamentos, e um grande número de cartas em todas as espécies que têm mais uso”, de Francisco José Freire, um dos livros de maior circulação no Brasil, depois da Prosódia Latina. Segundo Araujo³², a segunda edição de 1746 é a de maior circulação no Setecentos brasileiro e sua primeira aparição em inventários brasileiros ocorre em 1751³³.

Este propósito de adequar-se à moda contemporânea não diz respeito apenas ao fato de opor-se ao famoso secretário de Candido Lusitano, mas o de adequar-se aos novos padrões de convivência e civilidade, como explica o autor no prólogo da segunda edição:



Anuindo a certas observações que alguns amigos nos fizeram acerca deste livro, pareceu-nos adequado fazer algumas modificações nesta segunda edição as quais se fizessem mais uteis ao maior número de pessoas que dele fazem uso. Suprimimos pois não poucas cartas de autores antigos para dar lugar a outras mais úteis no comércio da vida, e que as pessoas, cujas obrigações e afazeres não permitem ocupar-se de literatura, desejavam achar nesta edição.³⁴

No secretário de Roquette ao mesmo tempo em que é possível perceber a longa duração da arte epistolar e dos seus manuais, se evidenciam algumas mudanças suscitadas pelos novos padrões de escrita, de leitura e dos modos de relacionar-se na Corte.

As ressalvas ao livro de Candido Lusitano têm início no **Código do Bom-tom**, no capítulo que trata das cartas. Nesse, faz severas críticas aos termos da *ars dictaminis*

³¹ ROQUETTE, J. I. Novo secretário português ou código epistolar. 3. ed. Paris: Aillaud, 1860. SCHWARTZ, Lilian Moritz. (Org.). **O código do Bom-tom**. São Paulo: Cia. das Letras, 1997, p. V.

³² ARAÚJO, Jorge de Souza. **Perfil do leitor colonial**. Salvador/ Ilhéus: UFBA/ UESC, 1999, p. 414.

³³ Em recente pesquisa no jornal **Idade de Ouro da Bahia** n. 73 11/09/1812, encontrei uma propaganda na qual se anunciava o título para ser vendido no jornal.

³⁴ ROQUETTE, 1860, op. cit., p. V.

e demonstra o anacronismo dos seus usos no secretário de Freire que, segundo Roquette, é

livro escrito com péssimo gosto, cheio de ranço da retórica escolástica, e que só pode servir para saber certas fórmulas que ainda às vezes se usam. E na verdade, quem pode hoje sofrer aqueles termos técnicos *a quo, ad quem, a instrumental e a casual?* Quem se acomoda em nossos dias com a regra que ele nos dá por exemplo. [...]. Não, meus filhos, Cícero, Madame de Sévigné e o nosso Vieira não escreveram assim. Estes são os grandes modelos que ainda ninguém igualou: lede-os com atenção e vereis a futilidade e mau gosto do Secretário Português; segue as regras que vos tenho dado que são autorizados pelos grandes mestres. Em vez de consultardes os formulários rançosos daquela fastidiosa compilação.³⁵

A despeito de condenar os formulários pelo fato de ser rançosos, vê-se que o padrão de imitar os grandes exemplos e o de ordenar e disciplinar os corpos, que teve início no século XVI, ainda vige, pois como lembra Schwarcz³⁶, todas as atividades sociais são passíveis de regulamentação e controle, mas estas se mostram de forma mais evidente no capítulo referentes às Cartas, pois “é ingênuo quem pensa que o bom estilo é aquele que guarda originalidade. Ao contrário, está na ciência das regras a verdadeira e única correção”.

Pelo título das cartas que são anexadas ao seu secretário, observamos que o “comércio da vida”, em 1860, previa um número bem maior de situações de convivência, no qual se incluía um público não previsto na escrita do **Código do bom-tom**, por exemplo:

Pode acontecer que os literatos sintam a falta de várias cartas de filósofos antigos, que não acharam facilmente traduzidas em nossa língua; mas farão de bom grado o sacrifício a favor dos menos doutos, que não buscam nos menos doutos, que não buscam num Secretário composições literárias, senão certas fórmulas polidas e usuais com que os homens se comunicam entre si nas relações de amizade e de comércio.³⁷

Observa-se, na passagem acima, que a carta vai perdendo seu caráter de objeto literário, para se constituir como efetivo meio com que os menos doutos “se comunicam entre si”. Conforme demonstra mesmo que de forma implícita, para o autor, a carta

³⁵ ROQUETTE, J. I. **Código do Bom-Tom ou regras da civilidade e de bem viver no XIXº século**. Paris, 1867, p. 231.

³⁶ SCHWARTZ, Lilian Moritz. (Org.). **O código do Bom-tom**. São Paulo: Cia. das Letras, 1997, p. 23.

³⁷ ROQUETTE, J. I. **Novo secretário português ou código epistolar**. 3. ed. Paris: Aillaud, 1860. SCHWARTZ, Lilian Moritz. (Org.). **O código do Bom-tom**. São Paulo: Cia. da Letras, 1997, p. VI.

ainda é um lugar de representação e um dos instrumentos com o qual podemos passar “por gente bem criada e que conhece as regras de bem viver”.

Por isso, remete seu leitor para seu livro **Código do Bom-tom** (1845), que também dispõe de um capítulo sobre as cartas. É deste livro que Roquette retira a definição e a função social da carta, além de várias outras observações concernentes ao papel, aos modos de tratamento, aos tipos de carta,

Depois das visitas e da conversação, o laço social mais extenso e variado é a comunicação epistolar. Admirável invento que aproxima os ausentes, encurta as distâncias, mitiga as saudades, adoça o dissabor da separação, estreita os vínculos da amizade, nutre n’alma o fogo da esperança, e ainda depois da morte conserva um monumento perdurável de afeição e ternura com que dois corações se amaram.³⁸

Nestes novos tempos, a prática epistolar já inclui, por exemplo, assuntos de ordem subjetiva, apontando não mais para as representações retóricas, previstas por Aristóteles e tomadas como modelo até o fim do século XVIII. Dessa forma, no primeiro capítulo o autor chama a atenção para o fato de que a carta em apreço “são as privadas e particulares que se escrevem entre amigos, parentes ou conhecidos, sem tensão que se publiquem, ou seja, de simples amizade e respeitosa cortesia, ou sobre negócios particulares ou públicos”.³⁹ Estão fora, portanto, aquelas em que “muitos autores antigos e modernos trataram de assuntos filosóficos, políticos e literários”.

Outro sinal de uma prática de escrita que envolve escritores de vários lugares sociais pode ser demonstrado pela inclusão do tipo de papel em que se deve escrever. Também aqui se verifica uma hierarquia e um jogo das representações no uso que é feito do papel, que à época oferecia uma variedade maior do que no século passado. Papel grosso e em meia folha, “só para gente ordinária ou sem criação”; papel dourado e aromatizado não combina com cartas de negócio, pois seria “ vaidade ridícula”; “o papel há de ser proporcionado às pessoas, idade, sexo, condição dos que se correspondem por escrito”.⁴⁰

Sem indicar fontes, Roquette diz seguir os autores modernos, inimigos de toda escolástica que dividem as cartas em apenas três espécies, segundo o “assunto que nela tratam: 1º cartas em que se contam fatos; 2º em que se discute uma opinião; 3º em que

³⁸ ROQUETTE, J. I. Novo secretário português ou código epistolar. 3. ed. Paris: Aillaud, 1860. SCHWARTZ, Lilian Moritz. (Org.). **O código do Bom-tom**. São Paulo: Cia. das Letras, 1997, p. 1.

³⁹ Ibid., p. 19.

⁴⁰ Ibid., p. 2.

se exprimem sentimentos d'alma".⁴¹ Assim, na sua classificação recente a carta ora se adéqua aos propósitos românticos, seguindo os impulsos "moderados" do coração, ora se submete aos códigos normativos do gênero e aos modelos consagrados. Contudo, como bem observa o seu autor, esta classificação é "filosófica" e pouco adequada ao uso prático que ele confere a esta escrita: "que seja útil na prática".

Outro dado novo em relação aos secretários antigos é o de incluir a mulher como leitora deste e, conseqüentemente, como alguém que escreve cartas. O exemplo recorrente é o de Madame Sévigné, cujas cartas eram sucesso de venda e de público, desde as primeiras edições. Inúmeros são os exemplos em que as mulheres escrevem a filhas, a filhos: "Uma mãe a sua filha que está no colégio"; "Uma mãe a uma filha a propósito de certos piques que tivera com uma companheira"; "Uma irmã a seu irmão anunciando-lhe desgraças da família", todas relativas a assuntos familiares, de pêsames, guardando-se aos homens os exemplos para todas as outras ocasiões, que incluem o comércio, a vida na Corte, etc.

Desta forma, do ponto de vista das antigas regras epistolares da *ars dictaminis*, praticamente não há mais sinal. No manual, a carta é dividida em duas partes, contendo o corpo e a conclusão, além de oito regras gerais de estilo, que podem ser utilizadas nos mais variados tipos de carta. Estas consistem em "1º que o estilo seja natural e singelo, evitando-se a afetação e o adorno excessivo, pois estes "assentam tão mal numa conversação, como numa carta"⁴².

Considerada por Ignacio Roquette como a mais importante das regras do bem escrever, inspira-se no dito de Sêneca a Lucílio, quando afirma "Qual seria a minha conversação se estivéssemos sentados ou pesseassemos (sic) juntos, fácil e sem artifício; assim quero que sejam as minhas cartas". Não obstante a singeleza do estilo, o escritor dever considerar a segunda regra fundamental que é a de

2º incluir os pensamentos engenhosos e profundos, "pois antes com elas [naturalidade e singeleza] se tornam graciosas e interessantes", pois se as agudezas não são estudadas, as sentenças não se prodigalizam com demasia.⁴³

⁴¹ ROQUETTE, J. I. Novo secretário português ou código epistolar. 3. ed. Paris: Aillaud, 1860. SCHWARTZ, Lilian Moritz. (Org.). **O código do Bom-tom**. São Paulo: Cia. das Letras, 1997, p. 20.

⁴² Ibid., p. 21.

⁴³ Ibid.

As regras número 3 e 4 se atêm às questões de linguagem e estilo. O autor refere-se ao tom e ao grau que deverão ser verossímeis com a maior ou menor relevância do assunto que trata a carta; “a maior ou menor dignidade da pessoa a quem se dirige a carta”. Observa-se que, a despeito de o autor rejeitar as normas da retórica, o que prevalece é a *dissimulation*, posição que o escritor deverá preservar, principalmente quando se trata de alta personagem:

3º “se esta [a carta] não é de ofício, senão de particular, a particular ainda sendo escrita à mais alta personagem, deve conservar certo ar de familiaridade, porém uma familiaridade nobre, por entre a qual transluz o respeito devido ao caráter da pessoa com que falamos”,⁴⁴;

O caráter “fingido” desta naturalidade pode ser melhor compreendido na regra de número 4, quando enfatiza a necessidade de aliar naturalidade e o tom familiar não significam “descuido e desalinho”:

4º Deve-se por toda a atenção no estilo, ainda que se escreva ao amigo mais íntimo, escrevendo sempre com pureza e correção, e evitando expressões baixas e triviais; e se um ou outro descuido é desculpável, será cousa muito repreensível uma constante negligência.⁴⁵

Os fechos não devem ser muito numerosos; Roquette alerta para o que chama de cláusulas, que não devem ser muito numerosas. Preocupado com o estilo natural, o autor chama a atenção para o escritor não incorrer em artificialismos:

5º Nas cartas não se assentam bem em geral cláusulas mui numerosas, e uma coordenação de palavras demasiadamente harmoniosa; basta que as expressões e sua combinação não sejam conhecidamente duras e ásperas.⁴⁶

Mas, segundo Roquette, qual a marca dominante do estilo epistolar? Segundo o autor, este se faz a partir “da soltura e facilidade nas construções”, que vem a significar o uso regrado até mesmo das orações intercaladas, subordinadas, pois

6º Esta regra não é, todavia, tão rigorosa que se alguma vez o pensamento nos estiver convidando a uma construção periódica, deixemos de empregá-la. Tudo o que vem naturalmente, tudo o que sai do coração, tanto em ordem aos pensamentos como ao modo de presentear-los e exprimi-los, é bom. O vício está no excesso e na afetação.⁴⁷

⁴⁴ ROQUETTE, J. I. Novo secretário português ou código epistolar. 3. ed. Paris: Aillaud, 1860. SCHWARTZ, Lilian Moritz. (Org.). **O código do Bom-tom**. São Paulo: Cia. das Letras, 1997, p. 22.

⁴⁵ Ibid.

⁴⁶ Ibid.

⁴⁷ Ibid.

Os conselhos do autor tentam regradar e adequar o estilo da carta, à naturalidade e aos pensamentos que vêm do coração. Isto exige do escritor “evitar o uso de símiles exagerados, das alusões obscuras, da demasiada erudição”. Na verdade, ele até admite o exagero, o excesso, desde que natural, desde que forjado pelo coração:

7º dos termos pouco usados, o tom muito remontado e enfático, as personificações, as apostrofes a objetos inanimados e outros movimentos oratórios deste gênero são intempestivos nas cartas, porque não parecem naturais no que escreve naturalmente no seu gabinete. Sem embargo, tais circunstâncias podem ocorrer, e a imaginação do que escreve pode de tal modo estar agitada, e seu coração tão comovido, que esta linguagem seja mais própria em sua situação; e então poderá usar dela.⁴⁸

Por fim, como última advertência, ele sugere que as cartas devem ser breves, mas não lacônicas. Os exemplos, contudo, são de autores antigos a exemplo de Cícero, de S. Gregório Nazianzeno, de Plínio, do Padre Vieira – em várias ocasiões – de Aristóteles, Maria Stuart e Madame Sévigné, entre outros. Roquette⁴⁹ explica que

8º O laconismo é por vezes necessário, mas em geral é um defeito. Acusa sequidão, é pouco respeito, e nada amorável. A difusão é sempre repreensível. Delata ignorância em escrever e pouca preparação de quem escreve.⁵⁰

Neste sentido, **O Código epistolar** de Roquette deve ser compreendido, no que concerne à escrita da carta, como o momento em que se observa na “inércia do gênero”, os modelos ainda coexistem e são apropriados por determinada classe de leitores, ao mesmo tempo em que⁵¹, o gênero ganha certa “instabilidade das suas convenções”, adaptando-se a novas formas, descartando alguns dos elementos destas convenções. Isto pode ser percebido no fato de ele copiar as regras do seu livro de 1845 e adequar o seu “Novo secretário” aos tempos modernos e às novas maneiras de escrever cartas. Roquette também se contradiz, ou melhor, demonstra estar diante da instabilidade das convenções do gênero epistolar, ao negar e ao mesmo inserir os exemplos consagrados, os modelos “eternos” da arte epistolar.

⁴⁸ ROQUETTE, J. I. Novo secretário português ou código epistolar. 3. ed. Paris: Aillaud, 1860. SCHWARTZ, Lilian Moritz. (Org.). **O código do Bom-tom**. São Paulo: Cia. das Letras, 1997, p. 23.

⁴⁹ Ibid.

⁵⁰ Ibid.

⁵¹ CHARTIER, Roger. (Dir.). **La correspondance**. Les usages de la lettre au XIXe siècle. Paris: Fayard, 1991, p. 11.

Do século XVII, quando foi publicado **Corte na Aldeia**, Francisco Rodrigues Lobo, ao século XIX, quando a escrita através das cartas passa a ser o modo por excelência de se comunicar e de escrever na nascente imprensa brasileira, observamos os modos como a carta foi representada e os seus usos através, sobretudo, dos manuais de escrever cartas mais recorrentes e presentes no Brasil.

A nos orientar, a pressuposição de que os gêneros não são puros e inalteráveis, mas supondo com Pécora⁵² “a tendência histórica básica dos mais diferentes gêneros”, que é a de desenvolver formas “mistas”, com “dinamicidade relativa nos distintos períodos, que impedem definitivamente a descrição de qualquer objeto como simples coleção de aplicações genéricas”. visa compreender os caminhos da escrita epistolar nos jornais e periódicos brasileiros do século XIX, compreendida como uma prática inscrita em uma história de longa duração, razão pela qual buscamos os modelos e concepções teóricas que determinaram a escrita epistolar através dos séculos. Evidentemente não se tratou apenas da recuperação de um “gênero antigo” e de seus usos.

Isto significa pensar sobre as possibilidades e modalidades da escrita epistolar indagando-se sobre esse “descontínuo” das apropriações e dos esquecimentos, a partir das “lutas de representação”.⁵³

⁵² PÉCORA, Alcir. **Máquina de gênero**. São Paulo: Edusp, 2001, p. 12.

⁵³ CHARTIER, Roger. (Dir.). **La correspondance**. Les usages de la lettre au XIXe siècle. Paris: Fayard, 1991, p. 187.